

UM ANO LETIVO QUE QUEREMOS COM VISTA PARA UM FUTURO DIFERENTE

Inicia-se mais um ano letivo e, em primeiro lugar, a FENPROF deseja que o recente período de férias tenha permitido recuperar um pouco de todo o desgaste que, ao longo do ano anterior, foi imposto aos professores.

No arranque de cada ano há problemas que têm sempre maior visibilidade, tais como as injustiças nas colocações de professores, muitas vezes feitas de forma incompetente e com atraso, a instabilidade que também daí decorre, a falta de assistentes operacionais nas escolas ou a quebra crescente de apoios aos alunos com necessidades educativas especiais.

Este ano, porque há eleições em 4 de outubro, o MEC está a fazer um esforço grande para disfarçar aqueles problemas, mas, precisamente por haver eleições, é tempo de ir além deles e perceber o estado a que chegou a Educação no final dos quatro anos da Legislatura. Não menos importante, é tempo de olhar criticamente para as propostas dos partidos: se pretendem prosseguir pelo mesmo caminho, se vão no sentido de alterar tal rumo ou, até, se procuram passar ao lado do esclarecimento devido.

Ao longo da Legislatura agravaram-se os problemas de ordem sócio-profissional que já vinham de trás e foram, mesmo, criados outros: mantiveram-se congeladas as progressões nas carreiras e os cortes salariais; aumentou muito o desemprego; saíram da profissão mais de 40.000 docentes (despedimentos, aposentação, rescisões); a carga fiscal subiu violentamente; as injustiças nos concursos acentuaram-se; as condições de trabalho, em particular os horários, agravaram-se muito.

Também se agravaram os problemas que afetam as escolas, boa parte dos quais surgidos de medidas criadas por governos anteriores: os problemas de rede, quer os mega-agrupamentos, quer o encerramento cego de escolas; as restrições ao crédito horário das escolas para o desempenho de funções, exercício de cargos ou desenvolvimento de projetos; o controlo burocrático e administrativo das escolas, reforçado pela criação e ação da DGEstE; a continuada redução de apoios a crianças e jovens com necessidades educativas especiais.



Foram aplicadas, pela primeira vez, medidas/mecanismos já legalmente criados mas nunca aplicados, com destaque para a requalificação / mobilidade especial e para a PACC, com a qual o MEC afastou milhares de docentes da profissão.

Foram impostas novas medidas que resultam da opção ideológica da maioria que governa a que, em alguns casos, se destinaram, também, a reduzir custos. Grande parte delas foi aprovada apenas no final da Legislatura com a evidente intenção de condicionar, desde já, a Legislatura seguinte. Municipalização, contratos com privados para que recebessem turmas que tinham lugar em escolas públicas, uma grave amputação curricular, levando ao seu empobrecimento, ou a dualização do ensino profissional foram medidas de maior dimensão, com implicações muito negativas na estrutura e natureza do sistema educativo português. Exames a partir do 4.º ano de escolaridade, metas curriculares ou o exame no âmbito do processo “Cambridge” também fazem parte deste conjunto de medidas.

As políticas desenvolvidas nos últimos quatro anos destinaram-se, essencialmente, a reduzir custos numa área tão importante para as funções sociais do Estado como é a Educação. Principalmente à custa de recursos humanos (uma **redução superior a 40 000 professores em quatro anos**), **o governo cortou mais de três mil milhões de euros da Educação**. A partir de agora e para os quatro anos seguintes, aos partidos da atual maioria já não chega esta redução de custos e recursos e, por esse motivo, no seu programa eleitoral preveem rever a Lei de Bases do Sistema Educativo (processo a que, eufemisticamente, chamam “atualização”) para que, definitivamente, se abram as portas à municipalização e, por essa via ou de forma direta, à privatização.

Em plena campanha eleitoral, é obrigatório conhecer o que propõem os partidos, questionando-os, lendo os seus programas e exigindo que explicitem o que neles é omissos. No dia das eleições, já a exigência é feita a cada um de nós: a nossa participação! Não podemos embarcar no apelo fácil à abstenção: a abstenção não contribui para superar os problemas que enfrentamos; a abstenção, afinal, serve os interesses que são a causa dos problemas existentes e da nossa prolongada indignação. A democracia reclama a nossa intervenção se, realmente, queremos um futuro melhor!

Este é um momento muito importante para quem sente, como quase todos os professores, que o caminho deverá ser outro. Daí que as eleições legislativas de 4 de outubro sejam, sem dúvida, o momento mais importante de toda esta fase de abertura do ano letivo: acontecerão apenas quinze dias depois de começarem as aulas e delas poderá resultar uma nova realidade política capaz de rasgar janelas para um futuro diferente. Este será, por certo, um forte desejo dos professores e educadores portugueses.

Setembro 2015

